

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FaE
FORMAÇÃO INTERCULTURAL DE EDUCADORES INDÍGENAS – FIEI

Iraia dos Santos Guedes

PATAXÓ QUER O SEU TERRITÓRIO DE VOLTA
O PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL
COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TERRA INDÍGENA

BELO HORIZONTE – MG

2017

IRAIA DOS SANTOS GUEDES

PATAXÓ QUER O SEU TERRITÓRIO DE VOLTA

O PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TERRA INDÍGENA

Monografia apresentada ao Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais e Humanidades.

Orientador: Pedro Rocha

BELO HORIZONTE – MG

2017

Dedico este trabalho as aldeias: Bugigão, Pé do Monte e Barra velha e todas as lideranças Pataxó. Em especial, aos meus pais e ao meu filho: Niorukirã Guedes dos Santos, que hoje se torna para mim fonte de inspiração a prosseguir lutando para a realização de outros sonhos.

AGRADECIMENTOS

São inúmeros os motivos e as forças que me fizeram chegar até aqui na Universidade Federal de Minas Gerais, que me fizeram prosseguir e assim concluir o tão sonhado Ensino Superior no Curso Formação Intercultural de Educadores Indígenas.

E com a certeza de que eu nunca estive sozinha nessa caminhada: Quero agradecer primeiramente a Niamisu (Deus), por ter me fortalecido todas as vezes que desanimei e replantado em mim o desejo de lutar pelos meus sonhos quando pensei em desistir. Por me proteger durante todo o período de estudo, nas viagens e em toda a minha vida.

Agradeço também os meus pais: Sebastião Alves Guedes e Maria de Fátima Braz dos Santos, por muitas vezes ter renunciado partes dos seus sonhos para viver comigo os meus e só assim pude transformá-los em realidade. Meus maiores mestres da vida.

As minhas irmãs: Benedita, Iricelma, Iricélia, Iramaia, Iriélia, Iriene, Iriana e Enaura, que sempre me incentivaram, me apoiaram durante toda a minha trajetória escolar e me ajudaram na formação enquanto ser humano. Em especial Iricélia que me acompanhou durante dois anos em Belo Horizonte enquanto estudávamos, era ela quem fazia amenizar a saudade de casa.

Ao meu filho Niorukirã Guedes dos Santos, que já apareceu no final do curso, mas que surgiu como fonte de inspiração para a conclusão da monografia e tem despertado em mim, novos sentimentos, pensamentos, ideais e projetos de vida.

A Jefferson, pai de Niorukirã, que esteve presente me incentivando não só para a finalização do trabalho de conclusão do curso, mas também para as lutas constantes do Povo Pataxó e me cedeu seu notebook várias vezes para finalizar as atividades.

A todo o corpo docente e funcionários da Escola Indígena Pataxó Barra Velha, onde fui moldada neste mundo de conhecimento científico e tradicional. *Im Memoriam*, Gilberto Braz, que foi também um dos meus maiores incentivadores a prestar o vestibular na UFMG.

A todos os meus colegas, que juntos pude caminhar, vivendo sonhos, construindo caminhos, quebrando barreiras, nos reanimando uns aos outros para que juntos pudéssemos festejar mais uma vitória em nossas vidas. Em especial, Aritana, Edleuza, Maria, Rosângela e

Roberta, pelo seu companheirismo do dia – a – dia, amizades conquistadas no decorrer dos quatro anos e que levarei para toda vida, e ela, que vem caminhando comigo nesta trajetória estudantil desde a alfabetização, minha amiga Kaline Braz Cunha.

As minhas colegas de quarto: Joseane, Sebastiane, Cleidiane, Adriele, Raires e todos os estudantes do FIEI que por aqui passaram e os que permanecem, por cada sorriso estampado no rosto em cada espaço da FaE, pelos cantos de cada povo alegrando a nossa permanência na UFMG e em Belo Horizonte.

Aos meus entrevistados que com seu conhecimento ímpar, colaboraram para o enriquecimento do meu trabalho. Histórias marcadas com muito sofrimento, mas, que nos fortalecem e nos orgulha em fazer parte, pois resistimos e continuamos a resistir a cada geração.

Aos docentes e bolsistas que por nossa turma passaram, cada qual com seu jeito diferente de lecionar, mas todos com um grande e único propósito, nos preparar para o mundo. Especialmente, ao professor e coordenador Paulo Maia, que embora rígido, acreditou em cada graduando da CSH, mesmo quando tudo para nós parecia complicado. Ao meu professor e orientador Pedro Rocha, pela imensa paciência comigo, por não ter só me orientado, mas também por acreditar em mim, mesmo quando eu desacreditava que concluiria.

A toda equipe do FIEI, secretários, coordenadores, colegiado e membros do conselho, que em momento algum não nos deixaram desamparados longe de casa, que dedicaram parte do seu tempo para que assim pudéssemos ter uma boa estadia em Belo Horizonte.

Minha eterna gratidão a todas as lideranças indígenas, que lutaram e lutam por uma qualidade de vida melhor para todos nós. Sofrendo preconceitos, discriminação e todos os outros tipos de violência física e moral e mesmo assim não param de lutar para que possamos um dia caminhar e respirar tranquilo. Por todas as portas que abriram no decorrer do tempo, com seus cantos, pisadas e batidas de maracá. Por acreditar em cada um indígena que está espalhado nas universidades, nos proporcionando viver aquilo que não tiveram oportunidade, pois o homem branco impôs isso aos povos indígenas e agora querem nos tirar.

Por fim, meu mais sincero e muito OBRIGADO, a todos os aqui mencionados e aqueles que contribuíram direto e indiretamente para que eu pudesse viver este momento, de realização e tamanha felicidade.

OBRIGADO A TODOS!!!

Resumo

Neste trabalho relato a história de luta pela demarcação e ampliação da Terra Indígena Barra Velha, após a criação do Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal (PNMP) no território ancestral Pataxó, localizado no município de Porto Seguro, Extremo Sul da Bahia. Quero mostrar também a história das Aldeias Bugigão e Pé do Monte, que estão situadas nessa Unidade de Conservação e que são frutos dessas lutas e processos de retomada em torno do parque, além de enfatizar a importância que esta área tem na cultura e vivência do nosso povo. Busco através de pesquisas realizadas sobre o Povo Pataxó, nas falas e experiências de nossas lideranças, meios para que eu possa contribuir para construir o Parque Indígena de Monte Pascoal que desejamos, além de deixar registrado para que possa servir também como material didático para aqueles que precisarem.

Palavras-Chave: **Terra Indígena Barra Velha, Parque Nacional do Monte Pascoal, Sobreposição Terra Indígena/Unidade de Conservação**

Sumário

INTRODUÇÃO: PARA QUE ABORDAR ESTE TEMA?	10
Capítulo I: Conhecendo o Território e o Povo Pataxó	14
1.1. O povo Pataxó	14
1.2. Território Barra Velha.....	16
1.3. O Fogo de 51	18
1.4. A Aldeia Bugigão.....	20
1.5. A Aldeia Pé do Monte.....	23
CAPÍTULO II: Lutas e Conquistas	25
2.1 A Criação do Parque Nacional do Monte Pascoal	25
2.2. Luta pelo Território Barra Velha.....	27
CAPÍTULO III: O Monte Pascoal Indígena	32
2.1. Os Pataxó e o Monte Pascoal.....	32
2.2. As demandas das comunidades hoje	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
Anexos.....	38
Bibliografia	39

Figura 1. Perímetro do PNMP e do PND, sobreposto à TI Barra Velha. Fonte:

<http://www.portalnikkei.com.br/nippak-pesca-sobre-a-pesca-e-o-homem-ii/>..... 11

Figura 2 A cor cinza representa a TI Barra Velha, a cor escura é o PNMP e a linha de fora o Território em processo de demarcação. Fonte:

https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwib5t_foojUAhXLEpAKHXchC2IQjB0IBg&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.org.ar%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1851-16942014000100003&psig=AFQjCNGky69Hraj2eB_ZFw0vQSb3vNP2gw&ust=1495706387800486 . 12

Figura 3 As aldeias Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Fonte Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro - BA -..... 15

Figura 4. A represa que deu o nome à aldeia Bugigão..... 22

Figura 5. A praça da resistência, localizada no pé do Monte Pascoal..... 24

Figura 6 A TI Barra Velha e o Território reivindicado. Fonte: AVENTRITUR..... 29

Figura 7. Mapa de desmatamento do entorno do Parque do Xingu

Figura 8. Índios Pataxó trajados na entrada principal do parque. 33

Figura 9. Pequenos geradores para a condução de energia, são utilizados somente na casa da família. 36

Figura 10. Calhas de cano na beirada do telhado para parar água da chuva. 36

SIGLAS

PNMP: Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal

UC: Unidade de Conservação

T.I: Terra Indígena

IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBAMA: Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

SPI (LTN): Serviço de Proteção ao Índio (Localização dos Trabalhadores Nacionais)

SIASI: Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação à Biodiversidade

RESEX: Reserva Extrativista

APMIB: Associação de Pescadores e Moradores Indígenas do Bugigão

INTRODUÇÃO: PARA QUE ABORDAR ESTE TEMA?

Este trabalho: *Pataxó quer o seu Território de Volta: O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal como Unidade de Conservação e Terra Indígena*, é o resultado da pesquisa apresentada como requisito para conclusão para o Curso Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI), com habilitação em Ciências Sociais e Humanidades (CSH), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Meu nome é Iraia dos Santos Guedes, tenho 22 anos e sou da etnia Pataxó, residente na Aldeia Bugigão (extensão da Aldeia Mãe Barra Velha), situada no município de Porto Seguro – BA. Durante a minha trajetória escolar na Escola Indígena Pataxó Barra Velha, tinha em mente cursar diversas faculdades, mas, ao concluir o ensino médio, muitas delas foram descartadas, por causa das dificuldades. Com incentivo de familiares, professores e outros funcionários da escola em que estudava, prestei o vestibular para UFMG, no mesmo ano que conclui o Ensino Médio, e fui aprovada. Em setembro de 2013, mesmo com a incerteza de que seria isso o que realmente pretendia, ingressei na UFMG e prossegui com os estudos. Ao longo do curso, fui me adaptando, e não me considerava apenas mais uma graduanda na turma, mas sim, mais uma historiadora das lutas e histórias do meu povo.

Desde o começo foi difícil achar um tema que de alguma forma me envolvesse, não só culturalmente, mas a realidade do meu dia-a-dia. Depois de muito pensar em vários temas, como: “O mito da Juacema”, “A Comercialização de Artesanato Pataxó”, tinha em mim que falar sobre isso, apesar de estar relacionado à cultura do povo a qual pertencço, faltava algo que me envolvesse completamente, e já haviam outras monografias semelhantes feitas por indígenas da mesma aldeia. Eu não queria apenas um tema para cumprir a obrigação de entregar no final do curso, mas algo que de alguma forma pudesse ajudar o meu povo. Durante o módulo, dentro das atividades acadêmicas, nós estudantes da turma CSH, começamos a elaborar pequenos textos relatando um pouco do que iríamos defender no Trabalho de Conclusão de Curso, e os textos que escrevi falavam sobre: “A venda de Artesanato Pataxó dentro e fora do Território”. No final do módulo, na divisão dos docentes que iriam nos orientar na elaboração da monografia, decidi enfim o que pesquisar: “A Sobreposição do PNMP e da T.I Barra Velha”.

Estas áreas estão localizadas no Extremo Sul da Bahia, no local do primeiro contato dos navegadores portugueses com os nativos desta terra. Conhecida como a “a Costa do Descobrimento”, ali se iniciou a construção do país chamado Brasil.

Nesse marco histórico da criação do país, há um conflito entre indígenas que habitam ancestralmente o território e órgãos do governo que visam a “conservação” de partes deste território. Mais especificamente: de um lado temos o Povo Pataxó, que luta pela demarcação de seu território ancestral, e do outro duas Unidades de conservação: O Parque Nacional do Descobrimento (PND) e o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNMP) – assim como o INCRA e fazendeiros. Estas áreas em disputa têm suma importância cultural e histórica para o Povo Pataxó.

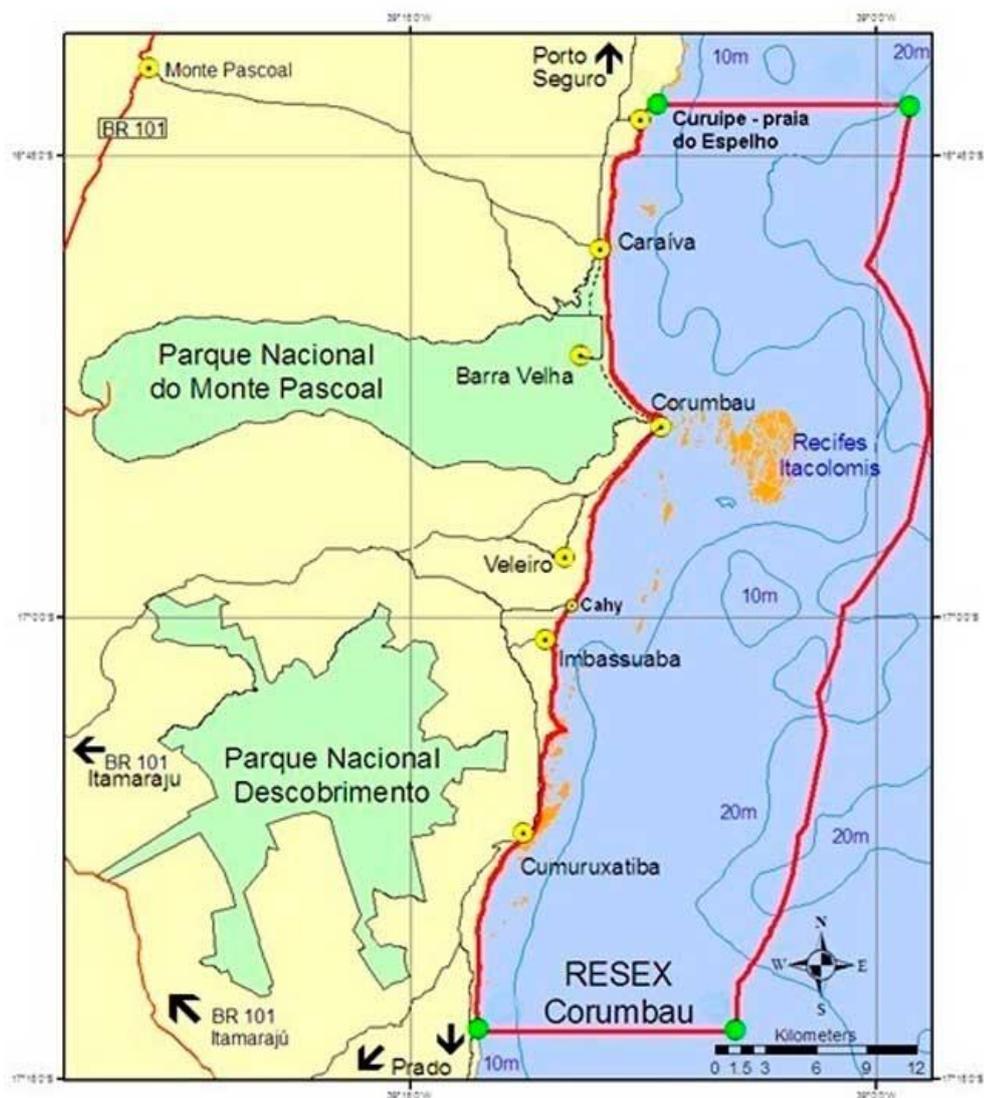


Figura 1. Perímetro do PNMP e do PND, sobreposto à TI Barra Velha. Fonte: <http://www.portalnikkei.com.br/nippak-pesca-sobre-a-pesca-e-o-homem-ii/>

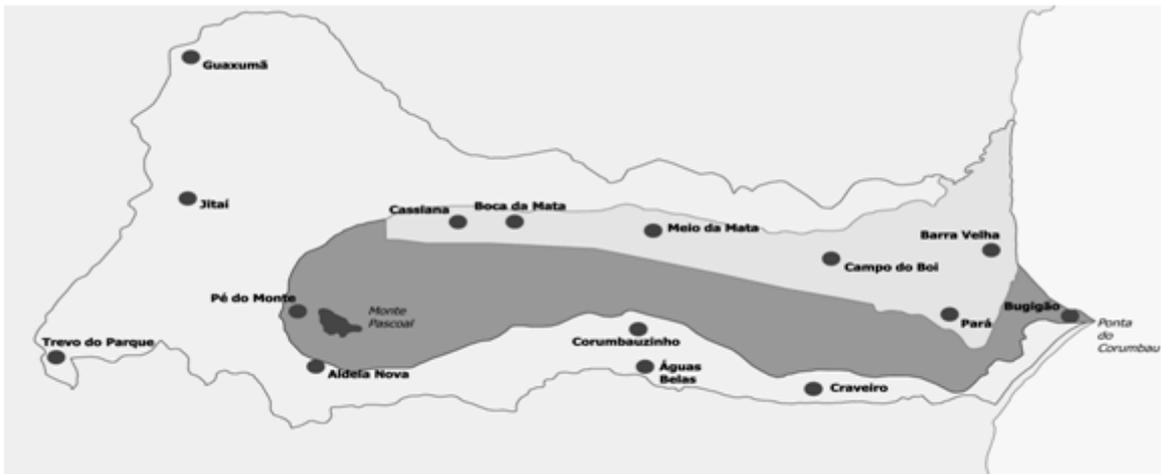


Figura 2 A cor cinza representa a TI Barra Velha, a cor escura é o PNMP e a linha de fora o Território em processo de demarcação. Fonte: https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwib5t_foojUAhXLEpAKHXchC2IQjB0IBg&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.org.ar%2Fscielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS1851-16942014000100003&psig=AFQjCNGky69Hraj2eB_ZFw0vQsb3vNP2gw&ust=1495706387800486

Eis a questão: É possível conciliar uma relação, onde os direitos indígenas não sejam violados e que ao mesmo tempo se promova proteção da biodiversidade?

Assim, meu principal objetivo com essa pesquisa é compreender o posicionamento do órgão gestor do Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal (PNMP) diante das reivindicações do Povo Pataxó sobre a demarcação do seu território. Procuo também entender o porquê o impedimento da presença humana como habitantes dentro da Unidade de Conservação. E quem sabe, construir uma ponte para o meu Povo Pataxó através da minha pesquisa para o Parque Indígena Monte Pascoal que desejamos.

Para a realização da monografia foi utilizado dados de outras pesquisas referentes ao Povo Pataxó, que me ajudaram no desenvolvimento do texto, além de entrevistas com moradores das Aldeias Bugigão e Pé do Monte que estiveram presentes na retomada dessas áreas do Parque. Foi uma experiência muito rica, pois nas falas dos entrevistados, principalmente do cacique Braga Pataxó, um apelo para que nós jovens abracem também a luta com os nossos mais velhos, para que assim, possamos saber onde reivindicar nossos direitos.

Este trabalho está dividido em III capítulos: no capítulo I, trago a história do Território Barra Velha e os pontos históricos para o Povo Pataxó e a sua vivência nestes espaços. Contando

também a história de duas aldeias: Bugigão e Pé do Monte, que estão situadas na pretensa área do PNMP.

No Capítulo II, trago o relato da relação do Parque Nacional do Monte Pascoal com essas duas aldeias, mostrando a vivência de cada uma diante do posicionamento do órgão gestor do Parque.

O capítulo III, nomeado “Lutas e Conquistas”, trata da Criação do PNMP, mostrando seus impactos na cultura e vivência do Povo Pataxó e a luta pela demarcação e ampliação do Território Barra Velha, valorizando ainda mais o trabalho das lideranças Pataxó neste processo marcado por muitas dificuldades e ao mesmo tempo pelo anseio de vitória. E sempre tendo consciência que a luta continua.

Capítulo I: Conhecendo o Território e o Povo Pataxó

Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar.

(Kanatyo Pataxó, Txopai e Itôhã, 1997)

1.1. O povo Pataxó

O Povo Pataxó está localizado no Extremo Sul da Bahia e no estado de Minas Gerais. Na Bahia, se encontram no município de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Itamaraju e Prado, totalizando 36 aldeias distribuídas em seis Terras Indígenas: **Águas Belas, Aldeia Velha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha**, ainda em processo de demarcação e já ocupadas pelos Pataxó: **Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatiba (Cahy-Pequi)**¹ (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>).

No estado de Minas Gerais, estão localizados em sete comunidades. No município de Carmésia, na Terra Indígena Fazenda Guarani, há as aldeias **Sede, Imbiruçu, Reitirinho e Alto das Posses**; no município de Itapeçerica, em um imóvel cedido pelo Serviço de Patrimônio da União à FUNAI, há a aldeia **Muã Mimãtxi**. Em Araçuaí, a aldeia **Cinta Vermelha de Jundiba**, e em Açucena a aldeia **Jeru Tukumã**.

¹ Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>. Acessado em 20 de janeiro de 2017.



Figura 3 As aldeias Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Fonte [Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro - BA -](#)

De acordo com os dados do SIASI/FUNASA (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena), em 2010 a população Pataxó totalizava 11.436 habitantes, distribuídos pelas aldeias: Barra Velha, Aldeia Velha, Boca da mata, Meio da Mata, Imbiriba, Pé do Monte, Trevo do Parque, Guaxuma, Corumbauzinho, Aldeia Nova, Coroa Vermelha, Mata Medonha, Águas Belas, Craveiro, Tauá, Tibá, Córrego do Ouro, Cahy e Alegria Nova, E nos municípios de Carmésia, Itapeçerica e Araçuaí havia 349 Pataxós.

A língua que nossos ancestrais falavam é da família linguística Maxakali, pertencente ao Tronco Macro-Jê. A chegada dos colonizadores portugueses e a catequização influenciaram

muito a vida dos povos originários que aqui habitavam. A nossa língua também sofreu ataques e hoje não é mais falada fluentemente. Em 1998, educadores e lideranças Pataxó, preocupados em reavivar e afirmar a nossa identidade enquanto povo indígena, passaram a fazer estudos mais detalhados sobre o que ainda havia da nossa língua, e foram coletadas aproximadamente 200 palavras conhecidas pela maior parte da população Pataxó. Sobre este processo temos que:

Depois de muitos estudos fomos levados pelo grande desejo de descoberta e aprender tudo sobre a nossa língua. Passamos a chamar a nossa língua de Patxohã para marcar nosso trabalho. “Pat” são as iniciais da palavra Pataxó; atxohã é língua; xohã é guerreiro, ou seja, Linguagem de Guerreiro.

(Leituras Pataxó: Raízes e Vivências do povo pataxó nas escolas, p.15. 2005)

Atualmente nosso vocabulário chega a mais de 2.500 palavras. Entre elas encontram-se várias palavras de outras línguas e troncos. Para os mais velhos, essa mistura se deu porque a língua era levada e trazida por outros povos, pois a Aldeia Barra Velha era o ponto de encontro e passagem de outras etnias.

O nosso povo vivia em grupos e, juntamente com outros povos, como Maxakali, Botocudo e Tupiniquim, ocupavam a costa litorânea entre Prado e Belmonte e as matas até Minas Gerais. Com a invasão de nossas terras, pelos fazendeiros, fomos expulsos e assim formamos aldeias próximas as praias dos atuais municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Prado, Itamaraju e também o norte de Minas Gerais.

1.2. Território Barra Velha

A Terra Indígena Barra Velha, está situada no município de Porto Seguro, no Extremo Sul do Estado da Bahia. Homologada pelo decreto 396 de 24/12/91, possui uma área de 8.627 hectares, onde estão situadas as aldeias Barra Velha, Boca da Mata e Meio da Mata. Esta demarcação, contudo, não correspondeu totalmente o território tradicional do Povo Pataxó, pois parte dessa área está sob o poder da União, através do Parque Nacional e Histórico de Monte Pascoal.

Com essa demarcação, ficaram de fora os rios Caraíva e Corumbau, que são essenciais para nosso povo. Segundo um relato de 1861, do então presidente da província Antônio Costa

Pinto, os Pataxós, “vão pescar constantemente no rio Corumbau – em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas” (PROC, Nº. 2556/82, FLS. 21, FUNAI). Assim, as áreas de manguezais, que tradicionalmente os Pataxó utilizam para capturar caranguejo, aratú, siri, conchas e outros crustáceos para sua alimentação, se tornaram o único meio de sobrevivência, desde que fomos impedidos de cultivar roças devido à criação do PNMP. Por isso para nós, Povo Pataxó, o Monte Pascoal e seu entorno representa todas as nossas lutas e fortalecimento espiritual. “Ali, naquele marco, está a vida e o sangue de nossos antepassados que morreram na esperança da vitória que era a reconquista daquele local.” (Leituras Pataxó: Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas, 2005:77)

Localizado ao norte de Barra Velha, o lugar chamado Juacema também não foi incluído na demarcação da Terra Indígena. O local é considerado território Sagrado pelos Pataxós, pois, em certa ocasião, os “ancestrais Abakirás, aliados e protetores dos Pataxó, que vivem sob o chão, saíram para defendê-los” (Comunidade Indígena Pataxó do Monte Pascoal e Frente de Resistência e Luta Pataxó, 2008). Sua exclusão levou mais uma vez os Pataxós a questionarem o traçado do limite norte da demarcação, para que ele fosse revisto e assim incluir Juacema.

Com a intensa reivindicação do Povo Pataxó pela demarcação de seu território ancestral, foi criado pelas Portarias no. 329/PRES, de 21 de março de 2006, e no. 528/PRES, de 04 de maio de 2006, um Grupo Técnico, coordenado pela antropóloga Leila Silvia de Sotto-Maior para estudos de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Barra Velha, para revisar seus atuais limites e assim demarcá-la e regularizá-la.

Com o estudo realizado, a T.I Barra Velha do Monte Pascoal, que ainda aguarda a portaria ministerial declaratória, passará a ter uma área de 52.748 hectares, que abrangerá as 12 aldeias que estão situadas entorno do Monte Pascoal, sendo elas: Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Guaxuma, Trevo do Parque, Pé do Monte, Aldeia Nova, Águas Belas, Corumbauzinho, Craveiro, Cassiana e Bugigão.

Para nós Povo Pataxó e Povos Indígenas, nosso território tradicional é o nosso bem mais precioso, pois não queremos apenas terra para morar, muito menos queremos para destruí-la, mas preservar toda uma história de vida, de luta e de resistência. Sabemos que nossos antepassados derramaram sangue pela a reconquista daquilo que nos foi tirado pelo homem branco, que quer dela usufruir somente para si. A nossa luta é a luta de milhares de famílias,

que acreditam que a natureza é vida, assim também como os rios e os animais. Queremos preservar o que ainda nos resta, pois não existe índio sem floresta e nem floresta sem índio.

1.3. O Fogo de 51

*Eu vou contar agora
O que aconteceu
No ano de 51
O que o meu povo sofreu
(Trecho da música do Fogo de 51)*

Conhecido também como “O Massacre de 51”, este episódio aconteceu na Aldeia Mãe Barra Velha, no dia 11 de maio de 1951, quando, estando na luta pela demarcação de nossas terras e assim garantir a nossa permanência no nosso território ancestral, Honório Ferreira, juntamente com outros Pataxó, foram até o Rio de Janeiro para pedir providência ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Ao fazer isso, o Marechal Rondon falou que enviaria para as terras Pataxó engenheiros para demarcá-las.

Ao voltar de viagem, Honório e seus companheiros foram acompanhados por dois homens brancos que diziam serem os tais engenheiros. Nossos mais velhos, que os receberam inocentemente, foram por eles obrigados a saquear propriedades de não-índios.

Aí o que eles fizeram, chamaram meus parentes e foram até Corumbau. Tinha um homem chamado Teodomiro, que tinha uma venda. Chegaram lá, bateram nesse homem, tomaram os trem desse homem” - relata o senhor Palmiro Pataxó, durante fala no seminário *A Aldeia Barra Velha com um olhar para o Futuro*, que ocorreu em 2016 na aldeia Barra Velha.

Assim jogaram esse homem na praia, levando consigo sua mercadoria. Depois desde acontecimento, passou um sujeito e perguntou-lhe o que tinha acontecido. Ao ser informado que foram os índios, este homem foi até a linha telegráfica de Caravelas/Porto Seguro e comunicou a polícia de Porto Seguro e Prado. Quando os “falsos engenheiros” perceberam a situação, cortaram a linha de telégrafo para que não houvesse mais informação.

Na madrugada do dia seguinte, os policiais dos dois municípios já chegaram na aldeia atirando. Trocaram tiros entre si, achando que do outro lado era os indígenas, “mas os índios não tinha arma meus irmãos, os índios, as armas dele era o arco, pra matar o passarinho dele, pra fazer o *mãgute*” (comida) (Palmiro Pataxó). Ao perceber que não era os índios Pataxós que estavam atirando, os policiais reuniram suas forças e começaram a atacar. E foi assim que começou o grande massacre do nosso povo.

Com medo de perder a vida, os Pataxó iam se enfiando de mata adentro, e aqueles que não conseguiam escapar eram maltratados e até mesmo mortos. Houve muito estupro de mulheres e espancamentos, as crianças eram jogadas para cima e paradas na ponta da faca, os policiais entravam nas casas montados a cavalo e iam pisando em tudo, até mesmo nos mais velhos.

Seu José Salles (conhecido como Zé Piega) tinha cinco anos na época, e nos conta com lágrimas nos olhos, que viu um policial matando uma criança e a pendurando dentro de um *samburá*², em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição (Padroeira da Aldeia). E que sua mãe estava grávida, e o policial pisava em cima de sua barriga para fazê-la parir a força. Hoje, toda vez que ele vê um policial, a lembrança vem na mente, e acha que foi aquele o causador de tanto sofrimento na vida de sua mãe e de todo seu povo.

Os índios que foram presos eram maltratados e apanhavam com seus próprios cintos. O Senhor Bendito Ruivo estava com o cinto de fivela enorme e, quando chegou a sua vez de apanhar, felizmente veio a ordem para que eles parassem de bater nos índios que ali estavam. Mesmo assim, a partir desse dia ele fez uma promessa pra nunca mais usar cinto, e suas roupas passaram a ser amarradas com uma corda na cintura.

Há muitas outras histórias terríveis sobre esse período. Fizeram o velho Júlio comer o próprio couro de sua cabeça e correr de Barra Velha à vila de Caraíva (há 6 km) com uma cangalha nas costas, apanhando de chicote como se fosse um cavalo. Maria Calango, que também estava presente no conflito, conseguiu escapar, porque era uma benzedeira muito sábia e fazia esconder pessoas e objetos. Ela se escondeu dentro de um oco de pau velho e sua reza fazia com que as armas não atirassem.

². Um tipo de cesto feito de cipó, uma espécie de “sacola pataxó”.

Os índios que sobreviveram e que se refugiaram nas matas, ficaram muito tempo por ali escondidos sem poder sair. Ainda havia muitos guardas em Barra Velha esperando eles voltarem para terminar o que começaram. Com isso, os índios comiam os alimentos tudo cru, por que não podiam fazer fogo, para não chamar atenção dos guardas. As mulheres de criança pequena tinham que prendê-los ao peito para eles não chorarem. Os animais eram mortos, principalmente os cachorros, para não latirem e dar sinal do seu esconderijo.

Seu Vicentinho sabia de muitas orações e, assim como outros, ele ficava invisível e vinha até a aldeia para ver se ainda tinha presença de policiais. Depois de um bom tempo, os policiais saíram da aldeia.

Com a saída dos guardas, os Pataxós foram voltando aos poucos para a Aldeia Barra Velha, mesmo com receio e medo dos policiais voltarem. Aqueles que não quiseram retornar para a aldeia foram ficando por ali mesmo, formando assim, novas aldeias. Por isso Barra Velha é considerada a Aldeia Mãe Pataxó.

Foram muitos os acontecimentos que marcam a memória dos nossos antepassados, nossos mais velhos e de todo o nosso povo, vivenciado durante o massacre. Nossos anciões choram quando lembra e relatam essa história, marcada por sofrimento e derramamento de sangue Pataxó. Mas uma coisa tem nos fortalecido e nos serviu de incentivo: lutar pelas nossas terras, pois, apesar de todo sofrimento, e nelas que está toda a nossa história.

1.4. A Aldeia Bugigão

Localizada no município de Porto Seguro – BA, a minha comunidade, denominada Bugigão (Extensão da Aldeia Barra Velha), possui 35 famílias que vivem da pesca artesanal e da confecção de artesanatos de sementes. A comunidade fica à 6 km da Aldeia Mãe, e está situada na área do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (PNMP), às margens do Rio Corumbau, que faz divisa o município de Porto Seguro e Prado.

Primeiramente, este local era conhecido como a Vila de Corumbau, que era uma aldeia indígena. Após *O Massacre de 51*, os indígenas que lá moravam foram forçados a atravessar para o outro lado do rio. Em 1990, já não morava mais ninguém no local.

Neste período, com a necessidade de ter um local para ancorar a embarcação – pois a praia de Barra Velha tem ondas muito fortes e bastantes pedras à beira-mar –, uma família de Barra

Velha, que vivia da pesca e que já tinha perdido embarcações e até mesmo o pescado por causa da força das ondas, achou aqui o ponto ideal. Pois, além de ser um local de habitação histórico dos Pataxó, neste local, por ser próximo ao rio que vai de encontro com o mar, as ondas não são tão altas, por conta das coroas de areias que se formam em frente à barra. Esta família passou a fazer pequenas casas de palmeira de xandó³ com cobertura de lona na localidade.

Por ser área de parque ambiental, o órgão gestor da Unidade de Conservação – o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), posteriormente transformado no Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA) – não permitia que se construísse nada nessa área, nem mesmo essas pequenas palhoças que muitas vezes eram arrancadas pela força do vento. Essa família passou por muitos perrengues (dificuldades), pois os guardas do parque vinham e derrubavam seus *kijemes* (casas).

Com a insistência desta família de ficar no local, posteriormente vieram também seus filhos com suas famílias e os seus irmãos para aqui também morar. Contamos também com o apoio das lideranças da Aldeia Pé do Monte, que em 1999 retomaram a posse no pé do Monte Pascoal, que também está sobreposta à mesma Unidade de Conservação: O Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal.

O senhor Manoel Santana, na época, falou para Fulô, Mané Chiquinho e Pedro Chiquinho (eram só os três irmãos, e seus filhos, que ficavam aqui na Boca da Barra, atual aldeia Bugigão), que o PNMP era como uma cobra, e quem estava no Pé do Monte ia pisar na cabeça dela, e eles, que estavam no litoral do parque, iam pisar no rabo, e que ambos nunca deveriam soltar, para assim fortalecer a luta e garantir nossos direitos (Braga Pataxó).

Querendo juntar-se para aumentar o número de famílias que aqui moravam e com isso conseguirmos nos manter no lugar, em 2000 a 2003, os moradores indígenas da Ponta de Corumbau (Prado – BA) que também viviam da pesca artesanal mudaram-se para essa área. Após reunião com lideranças de Barra Velha, Boca da Mata e moradores que aqui já estavam, foi então fundada a Aldeia Bugigão.

3. Espécie de palmeira comum no nosso território

É importante dizer que, muito antes daqui se tornar aldeia, os Pataxó de Barra Velha vinham para esse local onde hoje se encontra a Aldeia Bugigão, para capturar diversos tipos de mariscos para sua alimentação. Ou seja, trata-se de uma área tradicional de realização das atividades produtivas dos Pataxó. Um dos mais encontrados era em uma concha de nome Bugigão, e aqui também há uma lagoa de água salgada, sem saída, onde podia encontrar em grande quantidade esse marisco. Vem daí o nome da aldeia.

Depois que passou a morar mais gente aqui, os jovens e crianças que aqui moram passaram a usar essa lagoa como uma forma de se divertir, onde brincávamos de pega-pega, coca-cola⁴, apostávamos natação e corrida de caiaque. Depois começaram a aparecer peixes grandes na lagoa, e por isso paramos de brincar. Sobre isso temos que:

Muitos desses peixes foram colocados por pessoas que vinham enredar (prática de pesca) e jogavam peixes vivos nesta lagoa e hoje as pessoas da comunidade também tem a obrigação de impedir a pesca neste local.

(Pesca Artesanal: Pescadores Pataxó no Território RESEX, p.12, Belo Horizonte, 2015).

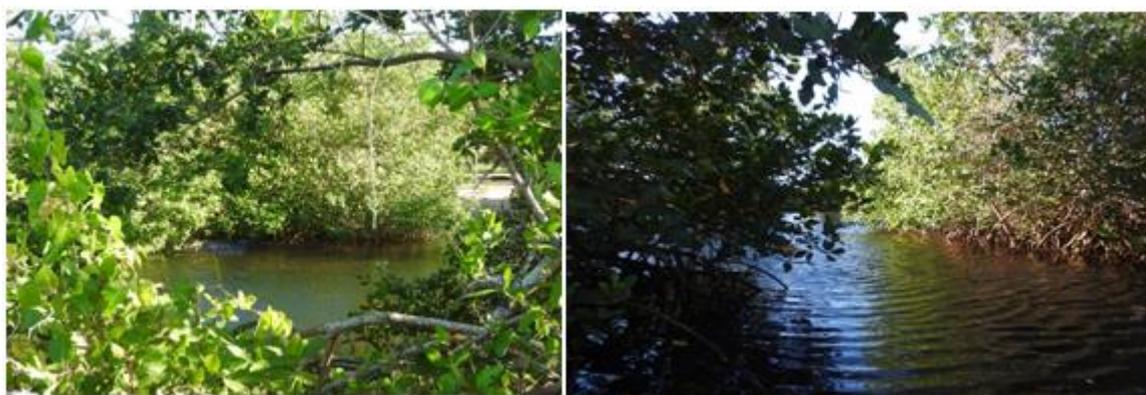


Figura 4. A represa que deu o nome à aldeia Bugigão.

Hoje, na aldeia, temos a Associação de Pescadores e Moradores Indígenas do Bugigão (APMIB), que visa buscar projetos para a aldeia. Foram feitas nove baiteiras⁵ para a

4. Um tipo de brincadeira onde se tem um pega, e os outros participantes tem que “descolar” passando por debaixo da perna de quem está colado, pode ser brincado também em terra.

5. Tipo de embarcação em formato de canoa, feita de fibra de vidro, porém funciona a motor.

comunidade, com o curso sobre a Utilização/ Laminação em fibra de vidros, onde os próprios fabricantes são da Aldeia. Segundo a empresa que ministrou o curso para os moradores da aldeia, lá foi o único lugar onde o curso deu certo na região.

1.5. A Aldeia Pé do Monte

Situada no município de Porto Seguro – Bahia, a Aldeia Pé do Monte possui 36 famílias, totalizando 150 pessoas, que vivem da agricultura de subsistência (mandioca, aipim, banana, jaca) e do turismo no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, onde os guias são os próprios indígenas do local. A Aldeia Pé do Monte se encontra em uma antiga fazenda de um pretense proprietário chamado Barbosa, o qual, segundo o cacique atual Oziel Santana (Braga Pataxó), não gostava muito de índio. Apesar de a fazenda não estar situada dentro da área da unidade de conservação do PNMP, a aldeia surgiu com a necessidade de ampliação da Terra Indígena Barra Velha, após a criação do parque.

A história conta que, aos dias 17 e 18 do mês de agosto de 1999, lideranças Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe se reuniram na Aldeia Boca da Mata, a 18 km do Monte Pascoal, onde ficou decidido que no dia seguinte, 19 de agosto, fariam uma caminhada da aldeia onde se encontravam até o pé da montanha avistada por Pedro Álvares Cabral em 1500. Fizeram-se presentes cerca de 500 pessoas. Segundo relatos do morador da aldeia, Braga Pataxó, quando chegaram na guarita onde os guardas do IBDF ficavam, às 05:00 horas da madrugada, estes não reagiram à reocupação do Povo Pataxó, apesar de estarem armados.

Os primeiros dias dentro da retomada foram de muita chuva e medo de que o governo e o IBDF lhes tirassem de qualquer jeito da área ocupada, “mas quando nós entramos no parque, que a Carmem ligou pra Salvador pra poder tirar nós pra fora, o coronel falou que não tinha esse direito de tirar o dono da casa pra fora” (Braga Pataxó). Com isso ficaram menos preocupados, mas não deixaram de continuar reivindicando e buscando as informações sobre a demarcação da T.I Barra Velha. “Hoje nós estamos aqui... por leis, nós já somos campeão, nós já estamos a 17 anos” – acrescenta o cacique.

É com grande alegria, por permanecer no Território Sagrado, que todos os dias 19 de agosto comemoramos na aldeia Pé do Monte a Festa de Resistência Pataxó, onde ocorrem palestras

de conscientização e preservação – não só da cultura, mas também da biodiversidade existente em nosso território – subida no Monte Pascoal, almoço comunitário e campeonato de Arco e Flecha. A aldeia também recebe a visita de escolas não-indígenas e dos parentes das outras aldeias Pataxó. Nesse dia também acontece a marcha dos moradores da aldeia Boca da Mata, juntamente com os estudantes do Ensino Fundamental II e Médio e o todo o quadro de funcionário da Escola Indígena Pataxó Boca da Mata. Para iniciar e finalizar a festa fazem homenagens a todas as lideranças que lutaram e lutam pela garantia da nossa terra, como também por tantos outros direitos que muitas vezes são violados.



Figura 5. A praça da resistência, localizada no pé do Monte Pascoal.

Praça da Resistência

A obra no Monte Pascoal foi concebida depois que a polícia baiana destruiu, em 4 de abril de 2000, o monumento que estava sendo erguido na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabrália (BA). Aquele monumento seria finalizado pelos indígenas durante uma conferência. O objetivo era marcar a passagem dos 500 anos de invasão dos territórios indígenas a partir da visão dos próprios índios. Com a repressão policial, a obra foi inviabilizada em Coroa Vermelha e transferida para o Monte Pascoal.

Na sua base circular, construída com pedras e concreto, foi reservado um grande espaço para dança. Na área mais central, emerge um mapa do Brasil, cujo perímetro feito de concreto terá grafados os nomes de todos os povos indígenas. Dentro do mapa, será cultivado um jardim de ervas medicinais, onde cada povo poderá plantar espécies comuns em suas regiões. Em torno da base circular, erguem-se cinco grandes colunas em forma de arcos que quase se encontram no alto. Elas significam os cinco séculos de resistência indígena. Feito pela própria comunidade Pataxó, que, durante todo o tempo de construção, se revezou nos trabalhos de mutirão, o monumento contou com a colaboração de dois facilitadores, o artista Dan Baron e Manoela Souza, que também participaram da construção do monumento destruído em Coroa

Vermelha. Dan Baron foi o autor do monumento em memória das vítimas de Eldorado dos Carajás, na chamada curva do “S”, local do massacre de sem-terra, no Pará.

(Jornal Porantim, Brasília, p 4, agosto, 2001.)

CAPÍTULO II: Lutas e Conquistas

*Índio na guerra ele não cansa,
Vive na luta cheio de esperança.
(Canto Pataxó)*

2.1 A Criação do Parque Nacional do Monte Pascoal

Após criar uma comissão nomeada pelo Governo Federal, na década de 30 surge a ideia de “proteger” o ponto exato onde se deu o “descobrimento” do Brasil.

Foi assim criado um plano de trabalho com o seguinte propósito:

- ✓ Criação de um Parque Nacional entorno do Monte Pascoal;
- ✓ O levantamento da região do Monte Pascoal, entre os rios Caraíva e Corumbau;
- ✓ Examinar a situação jurídica das terras propostas na criação do Parque.

Criado sob o Decreto N° 12.729 de 19/04, o parque era chamado primeiramente de Parque Monumento do Monte Pascoal, criado pelo Governo Estadual da Bahia, mas não foi implantado, por toda sua parte oeste ter sido invadida por plantações de café e cacau. Em 1959, o Parque Monumento foi doado à União pela IV Inspeção Regional da Bahia, para se criar o Parque Nacional do Monte Pascoal. Foram excluídas as áreas que já tinham se tornado fazendas, e os Pataxó foram expulsos da área, ficando apenas em 210 hectares. Logo após, os Pataxó, que usavam os recursos naturais e partes do território para fazer suas roças da qual tirava seu sustento para sobreviver, e que agora estavam proibidos de continuar exercendo essas atividades, pois a área passou a ser do PNMP, entra em choque com os guardas do IBDF e mais tarde, com as administrações do Ibama regional.

No decreto de criação do parque lemos que a justificativa para a criação do PNMP considera:

A excepcional importância de que se revela o Monte Pascoal, no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, não só pelo seu valor histórico, como pelas paisagísticas oferecidas pela região".
(DECRETO N°. 212, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1961)

Ou seja, o governo considerava o local de importância histórica e paisagística sem considerar os moradores originários do território, revelando uma noção de conservação esvaziada de seu conteúdo humano, que tem como objetivo não a sobrevivência de uma população, mas apenas de servir como vitrine para turistas e pessoas de fora da área. Enquanto isso, o Povo Pataxó passava por dificuldades por causa das áreas improdutivas que lhes deixaram, os fazendeiros criavam suas cercas de metros e mais metros quadrados dentro do nosso território, como se eles fossem os verdadeiros donos e o órgão gestor do PNMP perseguindo os índios com sua vara de pescar, suas armadilhas artesanais de caça e sua enxada, como se fossem os principais agentes pela devastação da Mata Atlântica, sendo que quando esta lhes pertencia continuou com sua biodiversidade e exuberância, tanto que eles encontraram o que "conservar".

Vale lembrar que isso foi 10 anos depois do massacre de 1951, que contei anteriormente. Ou seja, de certa forma os dois eventos estão conectados, já que esse massacre levou vários Pataxós a se espalharem, abrindo caminho assim não só para fazendeiros e empresários, mas também para o próprio governo instalar esse parque. Antes disso, toda a área que hoje é parque era utilizada pelos Pataxó não apenas para moradia mas também para a realização de várias atividades produtivas, como tirar piaçava, caça, pesca, mariscagem, retirada de madeira para construção de casas e canoas, para fazer roça, etc.

Boa parte desse nosso território tradicional nos foi tirado com a criação do parque, conforme consta nos Arts. 1º e 2º de sua criação:

Art 1º Fica criado no Estado da Bahia, abrangendo terras do Município de Pôrto Seguro, o Parque Nacional do Monte Pascoal (P.N.M.P.), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Art 2º O Parque, ora criado, terá a área aproximada de 22.500 hectares e a seguinte linha divisória: A Leste - pela linha Costeira do Atlântico; ao Norte - margem direita do rio Caraiva, desde sua foz, até a confluência com o rio Cemitério seguindo por este e sua margem direita até à altura aproximada do meridiano 39º25', onde encontra um formador, à margem direita do mesmo rio Cemitério; a Oeste - por esse formador,

no rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades, do Monte Pascoal e a noroeste dêste, ao Sul - pela margem esquerda do rio Corumbaú, até sua foz, no Oceano Atlântico (DECRETO N°. 242, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1961, Art. 2°.)

Mais uma vez, o parque sofre alteração na sua denominação, de acordo com o Art 1º O Parque Nacional do Monte Pascoal, instituído pelo Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961, passa a denominar-se Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal (DECRETO Nº 3.421, DE 20 DE ABRIL DE 2000).

Fica instituído Grupo Assessor, composto por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, da Cultura e da Justiça, sob a presidência do primeiro, para definir estratégia de articulação das atividades de interesse comum a esses três Ministérios, relativas ao Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal. (DECRETO Nº 3.421, DE 20 DE ABRIL DE 2000, Art 2°).

Em toda essa história, desde 1961 até 2000, e até hoje, pouco mudou no que diz respeito ao tratamento do órgão gestor com o povo Pataxó. O presidente da APIMIB desabafa:

E aí a gente sabe que na gestão eles puxam pro lado deles, a gente defende a parte da gente como também defende a natureza, né, e eles também só defende a natureza e não defende a gente na verdade... Então a gente vê que assim, eles não defendem a causa indígena”

2.2. Luta pelo Território Barra Velha

(...) Chegaram às embarcações, trazendo santos e ladrões... e as nossas terras roubaram (...).

(Trecho da música: Treze mil anos de histórias)

Após a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, parte do território ancestral do Povo Pataxó ficou sob “proteção” da União. “Proteção” essa que se resumia em privar os Pataxó do usufruto de seu território tradicional, pois madeireiros continuaram explorando a mata

atlântica e fazendeiros represando água dos rios para abastecimento da criação de gado e irrigação de plantações.

Assim, confinados em uma área de apenas 210 hectares de terras improdutivas, e proibidos de adentrar a área decretada como Unidade de Conservação, começa um novo capítulo da luta do Povo Pataxó pela sua sobrevivência, e pela ampliação da T.I Barra Velha.

Caçar, pescar nos rios, tirar piaçava para vender eram atividades já não mais permitidas, e quando faziam roças, os guardas do IBDF, órgão gestor da época, derrubavam tudo. Os Pataxó tiveram que buscar novas alternativas para sobreviver, como a confecção de artesanatos de sementes e a pesca marítima. Esse fato também causou a dispersão do Povo pela região e no estado de Minas Gerais.

Em dezembro de 1980, Paulo Braz, Benedito Ferreira Braz e José Farias do Nascimento escreveram uma carta ao presidente da república, na qual lhe avisam do que está acontecendo:

Nas nossas terras, como está sendo demarcada com o controle da FUNAI e IBDF, essa demarcação nós não estamos aceitando, porque essa área não dá pra nós sobreviver dentro dela. A metade está sendo de areia branca, campo nativo, brejo e lagoa. Pedimos ao senhor que nos dê um apoio sobre esse assunto da terra, nós somos uma comunidade de mais de 1.000 pessoas e essa terra, mal medida como foi, não dá pra nós e nossos filhos. Dessa forma, dentro de pouco tempo não haverá mais a nação pataxó, nós índios morreremos de desgosto e de fome” (ANAI, 1980).

A área que foi demarcada como Terra Indígena, em 1980, não corresponde a área que os Pataxó ocupam tradicionalmente. Anteriormente, por volta de 1935, o Dr. Barros juntamente com o Dr. Marcelo mediram a área que corresponde o que o Povo Pataxó reivindicam, onde foram colocados os marcos que se encontram enfincados - lembra o senhor Firmo Ferreira, em uma reunião promovida pelo o Ministério do Interior/FUNAI, em 1988, a qual contou com representantes Pataxó e IBDF. (<https://pib.socioambiental.org>)

Em maio de 2001, Maria Rosário Carvalho, o engenheiro da FUNAI Hércio Batista, o indigenista Eduardo Almeida e Manuel de Suia, Pataxó, que participara da medição realizada

entre 1943 ou 1944, mediu a localização dos marcos. A área calculada totalizou 69.898 hectares, conforme o traçado de linhas retas entre os marcos registrados em GPS. Em todos esses locais, havia Pataxó. “Na caveira [rio do Gibura] tinha, aqui [Barra Velha] tinha. O que tinha só era índio”, afirma Manuel de Suia (Carvalho, 2009, p.511). O mapa abaixo mostra todo o território reivindicado.



Figura 6 A TI Barra Velha e o Território reivindicado. Fonte: [AVENTRITUR](#)

Com o aumento de conflitos entre os índios e o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, em 1980, a Funai e IBDF, procurando uma solução provisória para o problema, cederam um pouco de ambos lados. O IBDF abriu mão de um terço da extensão do Parque oficializada no Decreto, e a Funai deixaria de reivindicar o Território Pataxó como constava nos estudos de reconhecimento da terra indígena. Em 1991, a TI Barra Velha foi homologada com o único fundamento administrativo com esse acordo: com os 8.627 ha que o IBDF havia “dado” para o uso do Povo Pataxó em 1980. Ou seja, o IBDF “deu” uma terra que já era nossa, aliás, uma pequena porção, e essa “doação” – totalmente ilegal, segundo a Constituição Federal – serviu como “fundamento” para a delimitação de Barra Velha. Só esse fato já justifica todas as reivindicações Pataxó por reestudo de limites de nossas terras.

Em 1992, com a pressão dos fazendeiros sobre nossas terras, os Pataxó realizaram a “Marcha das Retomadas”. No ano seguinte, ocorreu a retomada da Aldeia Velha, no distrito de Arraial D’Ajuda e, posteriormente, com a experiência resultante da primeira retomada, foi criado, em 1995, o “Conselho de Caciques”, onde estavam presentes indígenas da etnia Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Ao se reunirem em agosto de 1999, representantes dos povos acima, vêem a necessidade de recuperar e ampliar o território tradicional. Determinados a retomar seu território, aos nove meses dos 500 anos da invasão portuguesa, o Povo Pataxó juntamente com os Pataxó Hã-Hãe, no dia 19 de agosto, fizeram uma caminhada em direção ao Monte Pascoal, primeira porção de terra avistada pelos portugueses em 1500.

Pretendemos transformar o que as autoridades chamam de Parque Nacional do Monte Pascoal em Parque Indígena, terra dos Pataxó, para preservá-lo e recuperá-lo.”, escreveram em uma carta divulgada hora antes. (site-antigo.socioambiental.org).

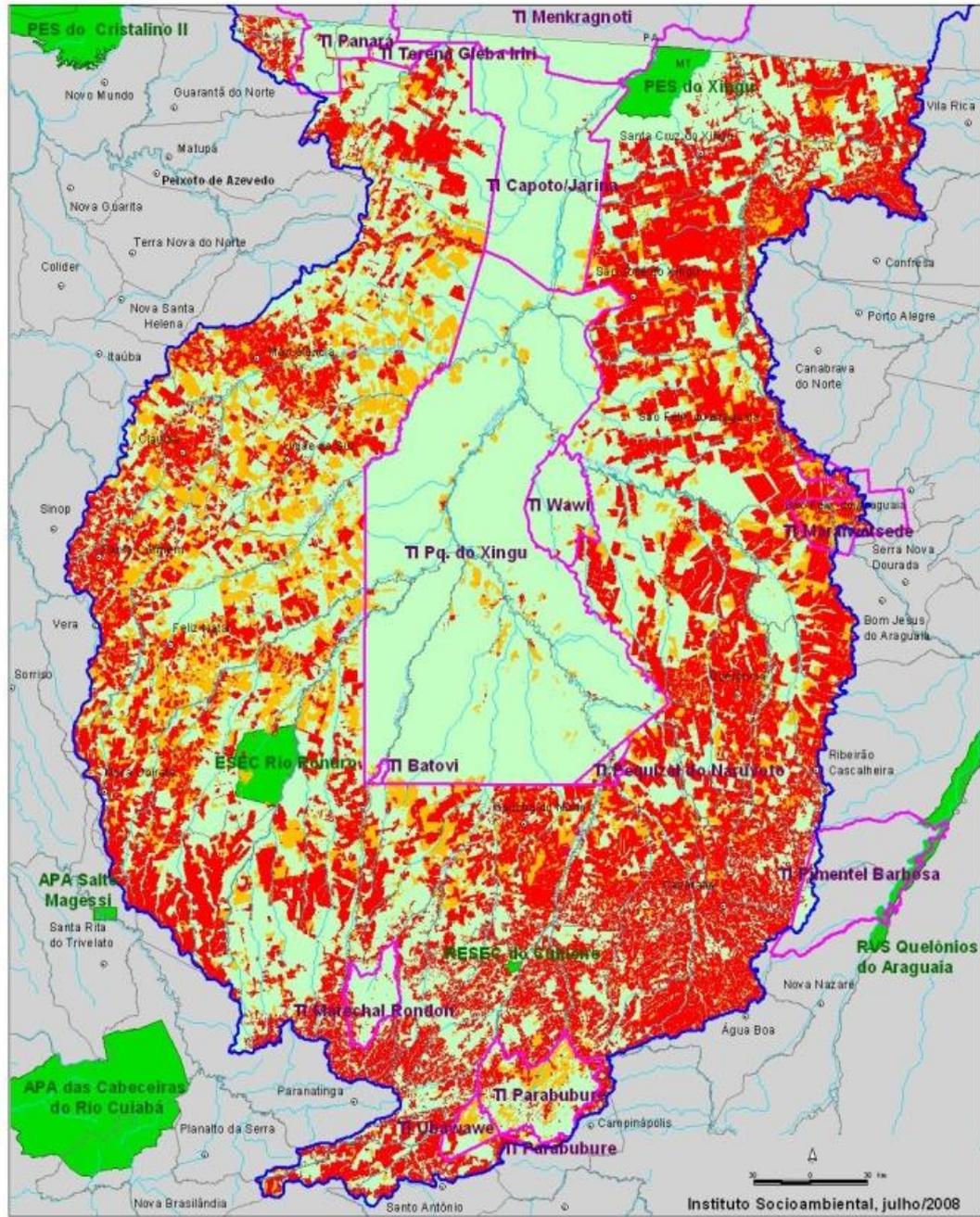
No início deste trabalho, na página 9, coloquei a seguinte pergunta: É possível conciliar uma relação, onde os direitos indígenas não sejam violados e que ao mesmo tempo se promova proteção da biodiversidade? Essa pergunta não é fácil de ser respondida, e na minha pesquisa encontrei vários artigos na internet que tratam desse tema. Na minha opinião, essa pergunta apresenta um falso problema, pois o modo de vida indígena nunca foi contra a conservação da biodiversidade, antes o contrário. Vários estudos demonstram que a presença indígena muitas vezes não apenas conserva a natureza, mas também a enriquece, como o bem conhecido caso das “ilhas de vegetação” dos Kayapó⁶, entre outros. Isso é fácil de perceber também analisando as imagens de satélite das terras indígenas e seus entorno, que mostram que muito em breve só haverá floresta onde tem índio! O Xingu, retratado no mapa abaixo, é um bom exemplo, mas não o único.

Há inclusive quem diga que as terras indígenas são as primeiras unidades de conservação. Segundo Bensusan (2014:71):

As Terras Indígenas possuem um enorme potencial para a conservação dos recursos naturais e suas populações têm um importante papel na manutenção da biodiversidade brasileira. Qualquer estratégia eficiente de conservar e usar de forma sustentável a biodiversidade do país deve considerá-las. Enquanto isso não acontece, continuaremos perpetuando nossa própria perversidade, desconsiderando culturas ricas e diversas e sacrificando nossa rica diversidade biológica e social.

⁶. Obtive essa informação através de conversas com meu orientador.

Região das Cabeceiras do Rio Xingu - **Desmatamento até 2007**



- sedes municipais
- limites municipais
- terras indígenas
- unidades de conservação estadual
- rios principais
- limite da bacia hidrográfica do rio Xingu

- desmatamento em 2007
- áreas alteradas¹ em 2007
- vegetação original²

(1) - são consideradas "áreas alteradas" aquelas que apresentam alterações significativas em sua composição original, provocada por ação humana, tais como exploração seletiva de madeira, queimadas e outros, mas que não sofreram corte raso.
 (2) - considerada a vegetação de floresta ou cerrado que não sofreu corte raso nem alteração significativa por ação humana.



Figura 7. Mapa de desmatamento do entorno do Parque do Xingu

CAPÍTULO II: O Monte Pascoal Indígena

*Sou Pataxó não nego meu natural
A minha aldeia é o Monte Pascoal
Eu caço e pesco na mata do meu Brasil
A minha aldeia é terra, é Evani⁷*

(Música: Sou Pataxó, não nego meu natural)

2.1. Os Pataxó e o Monte Pascoal

A área demarcada como parque possui a presença de indígenas desde antes de seu decreto de criação, e tem suma importância cultural na história do Povo Pataxó:

O Monte Pascoal é considerado um lugar de fortalecimento cultural, onde são transmitidas e repassadas à memória, a ciência, a religiosidade... e as questões territoriais.” (BRAZ; Everton, Artesanatos de sementes confeccionados pelos moradores da Aldeia Barra Velha (Sul da Bahia), 2014)

“Esse parque é nossa terra de origem!”, afirma o cacique Braga Pataxó. A nossa casa era a floresta, o Povo Pataxó sempre viveu em harmonia com a natureza e dela tirava o seu sustento. Retiravam apenas o necessário para sua alimentação, viviam da caça e da pesca e lei nenhuma nos proibia.

⁷. Segundo a autora da música, “evani” significa mãe natureza.



Figura 8. Índios Pataxó trajados na entrada principal do parque.

Hoje isso não é mais possível, pois além da proibição do governo, os animais quase desapareceram por causa da destruição das matas, causadas pela exploração predatória de madeireiros. Grandes áreas foram desmatadas para se tornar fazendas, partes dos rios se tornaram represas. É muita área utilizada para a agropecuária. Andando pela região, podemos perceber que é pouco gado para muita terra.

No contexto histórico de relacionamento dos órgãos gestores do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal com o Povo Pataxó, podemos perceber que sempre houve uma divergência entre ambos.

Os Pataxó, que sempre viveram de pequenas roças, de onde retiravam seus alimentos. Com a criação do parque passaram a ser proibidos e até perseguidos. Segundo lemos no Processo FUNAI/BSB n. 2556/82, FLS 78:

Os guardas fazem de tudo para afastar os índios da Aldeia Velha, perseguindo-os, ameaçando-os e até impedindo-os de fazerem suas pequenas roças de mandioca, sob a alegação de que eles danificam o patrimônio florestal do parque. (PROC. Nº 2556/82, FLS 78 / FUNAI). Mais adiante lemos que passou-se a ignorar completamente que há uma lei que diz que pertence aos índios as áreas consideradas parques nacionais, desde quando estes lhes pertençam com carácter de anterioridade. (PROC. 2556/82, FLS 78 / FUNAI).

De acordo com recortes do Jornal da Bahia, publicado em julho de 1969, o delegado do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal na Bahia, José Leandro Bonfim Lago, nega qualquer tipo de conflito entre os guardas florestais do parque e os índios Pataxó, porém

afirma que as políticas impostas pelo o órgão vão contra os interesses da comunidade indígena. Contudo, conclui dizendo que “ou se defende o Parque, ou se deixa que os índios plantem e cacem dentro da área que o constitui, porque as duas coisas juntas não é possível” (PROC. 2556/82, FLS 73 / FUNAI).

Nesta mesma ocasião o Sr. José Bonfim Lago defende o guarda do IBDF, de nome Siquara, que, de acordo com os Pataxó, era o principal agente dos maus tratos. Diz ele: “Siquara é uma boa pessoa cumpridor de seu dever e que faz tudo para que as ordens que recebe sejam levadas a termo” (PROC. Nº 2556/82, FLS. 73, FUNAI).

Com isso, entendemos que, se o Povo Pataxó não aceitasse essas políticas postas em prática, conseqüentemente eram punidos. Segundo o cacique Braga Pataxó (Oziel Santana), da Aldeia Pé do Monte, a gestão do IBDF foi a que mais causou conflitos com as comunidades Pataxó, pois a aldeia de Barra Velha foi criada em uma pequena área de 210 hectares, com a terra completamente improdutiva e onde os índios não podiam ultrapassar o limite imposto pelo governo.

Depois veio o IBAMA e, posteriormente, o ICMBio. Mesmo com a mudança de gestão e de nome do órgão, os Pataxó ainda enfrentam grandes desafios para se manter no local. Ou seja, não há mudança de mentalidade, apesar das mudanças no órgão.

2.2. As demandas das comunidades hoje

Por não estar dentro da Unidade de Conservação, a Aldeia Pé do Monte não sofre tanto impasse em relação as demandas da aldeia. De acordo com o Sr. Benedito Oliveira (ex-morador da Aldeia Pé do Monte e hoje Presidente da APIMIB), o IBAMA não queria que o Parque e o local onde os agentes ficavam estivesse caracterizado com traços Pataxó, mas, com a insistência dos moradores, eles acabaram cedendo. Para o cacique, a questão mais visível e mais complicada é sobre a retirada de madeira dentro do parque. Para os Pataxó, quando é para o seu próprio uso, o ICMBio não interfere, porém, também há aqueles que sobrevivem da confecção de artesanato de madeira, e estes têm uma série de problemas com a gestão do Parque. A exploração ilegal de madeireiros da região para alimentar construções e serralherias, contudo, não é fiscalizada com o mesmo rigor que o órgão ambiental dedica a nós indígenas, embora esta atividade seja a que mais degrada a floresta atlântica do Parque.

No caso da Aldeia Bugigão, localizada no litoral do parque, os problemas são ainda maiores. Segundo o ICMBio, quando foi criada a gestão compartilhada do parque e pensado o seu plano de manejo, as lideranças Pataxó e a FUNAI não mencionaram que ali havia uma aldeia. De todo modo, isso não é desculpa para o tratamento que os funcionários do ICMBio dispensam a nós da aldeia Bugigão, que muitas vezes chegam nos dizendo que é para nós ficarmos alertas, pois a qualquer momento podemos ter que sair dali. É estranho que um plano de manejo tão antigo – na verdade nem conseguimos descobrir de quando é esse plano, pois não há qualquer data no documento (ver bibliografia) – não possa ser mudado e se adaptar, já que a nossa aldeia inclusive tem um assento no Conselho Consultivo do Parque Nacional, conforme portaria nº 102, de 6 de dezembro de 2011. Ou seja, isso já é um reconhecimento, da parte do órgão ambiental, da existência oficial da aldeia Bugigão.

Com base nesses dilemas, a gestão do parque não favorece as reivindicações e a vida dos moradores. Como a comunidade é formada por pescadores artesanais, as solicitações constantes é referente a energia elétrica na aldeia, na atualidade, a energia é conduzida por pequenos geradores a diesel que funciona só durante a noite, o que dificulta a conservação do pescado e para não perde-los são salgados (quando os pescadores chegam durante o período do dia na beira da praia) ou são passados por preços bem acessível para outras pessoas, o que prejudica a valorização do seu trabalho, mas não param porque é o meio de sobrevivência do local e ponto de troca com as comunidades circunvizinhas.

Desde a criação da aldeia, em 2000, não se tinha água encanada, a que utilizávamos para consumo, quase limpa e não potável, buscava-se a 8km de rio acima e para os afazeres domésticos utilizava água salobra de cisternas perfurada no fundo do quintal. Em 2016, com muita peleja e esforço temos água encanada, que vai do poço artesiano perfurado pela SESAI (Secretaria de Saúde Indígena) há mais ou menos 10 anos na localidade Pistola Sul (praia de Barra Velha), a 6km, ainda com muita dificuldade o abastecimento.



Figura 9. Pequenos geradores para a condução de energia, são utilizados somente na casa da família.



Figura 10. Calhas de cano na beirada do telhado para parar água da chuva.

Anteriormente, em 19 de agosto de 1999, representantes de várias aldeias Pataxó, chegaram na sede da administração do PNMP, com o objetivo de assumir a gestão da Unidade de Conservação. Daí, o Ibama junto com outras instituições vem procurando envolver os Pataxó

mais próximos ao Parque num plano de “gestão ambiental participativa” (“co-gestão” ou “gestão-compartilhada”).

As lutas e demandas do Povo Pataxó são inúmeras, mas sabemos que todos esses obstáculos só serão quebrados quando nossas terras forem demarcadas, pois apesar de existir a gestão compartilhada do parque, temos consciência que as decisões finais sempre é do ICMBio e está claro que eles não querem facilitar a vida dos moradores que aqui residem e clamam por uma qualidade de vida melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este percurso acadêmico teve como ênfase não só registrar as áreas que formam o Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e que são importantes para o Povo Pataxó, mas também a importância que estas áreas ocupadas na UC possuem para os pescadores e moradores indígenas que aqui residem. Não queremos desmatar a nossa natureza, queremos apenas permanecer no nosso território, pois aqui está a nossa ancestralidade e o Monte Pascoal reflete toda a nossa história, tradição e memória e os rios que os circundam são meios de sobrevivência de centenas de famílias Pataxó.

Queremos preservar a nossa mãe natureza, para que nossas futuras gerações saibam não só contar de como era a vida do seu Povo, mas ter esses espaços para poder identificar e saber onde cada episódio aconteceu, criando um ciclo de conscientização e preservação da história que nos antecede, pois foi aqui, que muitas famílias se construíram, muitos nasceram e vem construindo cada parte da sua trajetória de vida, além dos nossos mais velhos que aqui foram enterrados, guerreiros que lutaram e se fizeram de adubo na esperança de reconquistar esta terra.

Como vimos no decorrer do trabalho, pedimos a demarcação de nosso território, contamos a nossas histórias em forma de cantos, como um pedido de socorro para que todo o sofrimento e derramamento de sangue não venha mais se repetir em nenhum Povo Indígena, pois essa é a luta de todos, a demarcação de seu território tradicional.

Somos cientes da importância que preservar o meio ambiente tem para nós e outros seres vivos e o bem proporcionado pelo o mesmo e é por isso que os fabricantes Pataxó de artesanatos de madeiras criaram uma cooperativa de reflorestamento de árvores nativas no

território e os pescadores respeitam a época do defeso do camarão, da piracema e do robalo e são os verdadeiros fiscalizadores para que outras pessoas também não possam pescar durante esse período, pois é comum a ausência dos agentes responsáveis para essa fiscalização, e quando aparecem é para fiscalizar as pessoas de baixa renda, que só retiram da natureza apenas aquilo que ela mesmo repõe, para a sustentabilidade da sua família, tanto na área do Parque, como na área da RESEX Corumbau, enquanto madeireiros e empresários veem essa mesma área como espaço de lucro e exploração.

Conclui que, por sermos pessoas de baixa renda, somos considerados como entraves para o desenvolvimento, pois o que rege o nosso país é o capitalismo, e se assim não fossemos considerados, a certeza é que daqui não sairíamos, como os donos das grandes fazendas que estão nessa terra que é nossa. Mas vamos continuar resistindo até o último ancião, jovem e criança que aqui tiver história a para se lembrar.

Anexos

Bibliografia

ANAI, 1980

BENSUSAN, 2014

BRAZ, Everton. *Artesanatos de sementes confeccionados pelos moradores da Aldeia Barra Velha (Sul da Bahia)*, 2014.

FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM. *Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas*. Brasília: 2012.

GUEDES, Iricélia dos Santos. *Pesca Artesanal: Pescadores Pataxó no Território RESEX*, Belo Horizonte, 2015.

MEC /FNDE / SEC / SUDEB. *LEITURAS Pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas*. Salvador: 2005

RICARDO, Fany. *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições*. São Paulo, 2004.

Sites acessados

<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pataxós>

www.icmbio.gov.br

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_monte_pascoal_pm.pdf

www.wikiparques.org/wiki/Parque_Nacional_do_Monte_Pascoal

https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_e_Histórico_do_Monte_Pascoal

<https://conteudojuridico.com.br/artigo,sobreposicao-de-terras-indigenas-e-unidades-de-conservacao,51603.html>